

Demonstrações Contábeis

Individuais

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda

1S22



Sumário

Relatório da Administração ... 2

Demonstrações Contábeis ... 3

Balanço Patrimonial ... 3

Demonstração do Resultado... 4

Demonstração do Resultado Abrangente... 5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ... 6

Demonstração dos Recursos de Consórcio Consolidada ... 7

Demonstração de Variações nas Disponibilidades de Grupos Consolidadas... 8

Demonstração dos Fluxos de Caixa... 9

Notas Explicativas da Administração ... 10

Relatório do Auditor Independente ... 33

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. às demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2022, da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios ou Instituição), e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Bradesco Consórcios tem a missão de administrar grupos de consórcios de clientes, correntistas ou não do Banco Bradesco S.A., com transparência e excelência no atendimento, norteadas pelos princípios da Organização Bradesco. Atualmente possui 3.574 grupos de consórcios em andamento, com 1.536.577 cotas ativas e 2.382.334 bens entregues.

No primeiro semestre de 2022, a Bradesco Consórcios registrou Lucro Líquido de R\$ 1.180 milhões, correspondente a R\$ 273,83, por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 12.104 milhões, Ativos Totais de R\$ 12.770 milhões e Receita Bruta de Prestação de Serviços de R\$ 1.135 milhões.

A política de dividendos da Instituição assegura aos sócios-cotistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu contrato social. A Instituição não possui acordo de cotista relativo à política de reinvestimento de lucros.

Conforme a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2022 foi deliberado o aumento de capital social de R\$ 900.000 mil, com contrapartida da conta "Reserva Estatutária", com a criação de 900.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. O processo foi aprovado pelo Bacen em 28 de julho de 2022.

Agradecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 04 de agosto de 2022.

Diretoria

Balço Patrimonial

	Nota	R\$ mil	
		Em 30 de junho de 2022	Em 31 de Dezembro de 2021
Ativo			
Disponibilidades	4	1.778	8.118
Instrumentos financeiros		12.464.009	12.136.037
Títulos e valores mobiliários	5	12.410.381	12.087.214
Outros Instrumentos financeiros	6	53.628	48.823
Créditos tributários	23	87.725	78.163
Imobilizado de uso	7	4.369	3.829
Intangível	8	130.242	123.912
Depreciações e amortizações		(89.059)	(82.395)
Imobilizado de uso	7	(2.892)	(2.762)
Intangível	8	(86.161)	(79.633)
Outros ativos	9	171.060	123.519
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos		(19)	(19)
Total do ativo		12.770.111	12.391.164
Passivo			
Provisões		37.228	43.368
Outras provisões	10	37.228	43.368
Outros passivos	12	629.021	1.372.895
Total do passivo		666.249	1.416.263
Patrimônio líquido	13		
Capital social		5.100.000	5.100.000
Capital à integralizar		900.000	-
Reservas de lucros		6.151.922	5.882.737
Outros resultados abrangentes		(48.060)	(7.836)
Total do patrimônio líquido		12.103.862	10.974.901
Total do passivo e patrimônio líquido		12.770.111	12.391.164

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado

	Nota	R\$ mil	
		Acumulado em 30 de junho	
		2022	2021
Receitas da intermediação financeira		659.690	132.869
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5b	659.690	132.869
Resultado bruto da intermediação financeira		659.690	132.869
Outras receitas/(despesas) operacionais		1.126.959	995.514
Receitas de prestação de serviços	14	1.134.797	1.189.911
Despesas de pessoal	15	(26.562)	(19.394)
Outras despesas administrativas	16	(24.430)	(19.814)
Despesas tributárias	17	(163.274)	(167.526)
Outras receitas operacionais	18	239.985	46.146
Outras despesas operacionais	19	(29.537)	(34.722)
(Despesas)/Reversões de provisões		(4.020)	913
- Trabalhistas	11	(44)	(268)
- Cíveis	11	(3.976)	1.181
Resultado operacional		1.786.649	1.128.383
Resultado não operacional		-	2
Resultado antes da tributação sobre o lucro		1.786.649	1.128.385
Imposto de renda e contribuição social	23	(606.250)	(383.850)
Lucro líquido		1.180.399	744.535
Lucro por lote de mil cotas em R\$		231,45	145,99

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Lucro líquido do semestre	1.180.399	744.535
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	(40.224)	(7.424)
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(40.224)	(7.424)
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	(40.224)	(7.424)
Resultado abrangente do semestre	1.140.175	737.111

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Eventos	R\$ mil						
	Capital Social	Capital a Integralizar	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutárias			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.325.427	-	281.363	4.743.208	(8.380)	-	9.341.618
Aumento de Capital	-	774.573	-	(774.573)	-	-	-
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(7.424)	-	(7.424)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	744.535	744.535
Destinações:							
- Reservas	-	-	37.227	700.235	-	(737.462)	-
- Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(7.073)	(7.073)
Saldos em 30 de junho de 2021	4.325.427	774.573	318.590	4.668.870	(15.804)	-	10.071.656
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.100.000	-	363.783	5.518.954	(7.836)	-	10.974.901
Aumento de Capital a Realizar	-	900.000	-	(900.000)	-	-	-
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(40.224)	-	(40.224)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	1.180.399	1.180.399
Destinações:							
- Reservas	-	-	59.020	1.110.165	-	(1.169.185)	-
- Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(11.214)	(11.214)
Saldos em 30 de junho de 2022	5.100.000	900.000	422.803	5.729.119	(48.060)	-	12.103.862

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.786.649	1.128.385
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	11.248	7.499
Depreciações e Amortizações	6.686	5.844
Constituições e atualizações de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais (líquido de reversões)	4.562	1.655
Lucro Líquido Ajustado Antes dos Impostos	1.797.897	1.135.884
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários	(152.939)	(436.339)
(Aumento)/Redução em Outros Instrumentos Financeiros	(4.809)	4.542
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(47.536)	(12.286)
Aumento/(Redução) em Provisões	(10.702)	(770)
Aumento/(Redução) em Outros Passivos	(719.868)	(97.202)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(651.033)	(506.304)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	211.010	87.525
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	(210.452)	(76.307)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(6.938)	-
Alienação de Imobilizado de Uso	-	181
Aquisição de Intangível	-	(4.245)
Alienação de Intangível	40	-
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(217.350)	(80.371)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(6.340)	7.154
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do período	8.118	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do período	1.778	7.154
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(6.340)	7.154

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Recursos de Consórcio Consolidada

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Ativo		
Caixa e equivalente de caixa	16.310	32.764
Depósitos Bancários	16.310	32.764
Aplicações Financeiras – Grupos em Andamento e Formação (Nota 20)	9.577.646	9.245.385
Aplicações Financeiras	1.615.930	1.570.856
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	7.961.716	7.674.529
Outros Créditos	12.048.314	11.417.056
Direitos junto a Consorciados Contemplados	12.029.827	11.397.387
- Normais	11.646.812	11.038.037
- Em Atraso	108.966	95.846
- Em Cobrança Judicial	274.049	263.504
Bens Retomados	18.487	19.669
Compensação	87.193.370	80.359.094
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	769.042	742.298
Contribuições devidas ao grupo	45.843.865	42.296.299
Valor dos Bens a Contemplar	40.580.463	37.320.497
Total do Ativo e Compensações	108.835.640	101.054.299
Passivo		
Obrigações com Consorciados	7.726.021	7.334.509
Valores a Repassar	163.323	161.131
Obrigações por Contemplações a Entregar	7.961.716	7.674.529
Recursos a Devolver a Consorciados	4.275.885	4.151.469
Recursos dos Grupos	1.515.325	1.372.859
Obrigações com a Administradora	-	708
Compensação	87.193.370	80.359.094
Recursos mensais a receber de consorciados	769.042	742.298
Obrigações do grupo por contribuições	45.843.865	42.296.299
Obrigações por futuras contemplações	40.580.463	37.320.497
Total do Passivo e Compensação	108.835.640	101.054.299

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração de Variações nas Disponibilidades de Grupos Consolidada

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Disponibilidades no início do período	9.278.149	8.427.984
Depósitos Bancários	32.764	-
Aplicações Financeiras	1.570.856	1.358.984
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT)	7.674.529	7.069.000
(+) Recursos Coletados	8.401.901	7.253.019
Contribuições para aquisição de bens	6.522.807	5.835.255
Taxa de Administração	1.165.296	1.035.316
Contribuições ao fundo de reserva	191.720	172.066
Rendimentos de aplicações financeiras	357.580	21.518
Multas e juros moratórios	22.051	19.835
Prêmios de seguro	88.713	98.351
Custas Judiciais	5	374
Reembolso de despesas com registro de contratos	15.266	-
Outros	38.461	70.304
(-) Recursos Utilizados	(8.086.094)	(6.884.034)
Aquisição de Bens	(5.837.796)	(4.874.621)
Taxa de Administração	(1.167.614)	(1.037.908)
Multas e juros moratórios	(11.024)	(9.942)
Prêmios de seguro	(89.193)	(98.667)
Custas Judiciais	-	(372)
Devolução a Consorciados Desligados	(352.826)	(306.228)
Despesas com registro de contratos	(15.275)	-
Outros	(612.366)	(556.296)
Disponibilidades no final do período	9.593.956	8.796.969
Depósitos Bancários	16.310	24.547
Aplicações Financeiras	1.615.930	1.442.911
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT)	7.961.716	7.329.511

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios ou Instituição) é uma Instituição que tem por objeto a organização e administração de consórcios que se destinem à aquisição de bens imóveis e móveis duráveis, novos e usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de consorciados próprios ou de terceiros, isto é, de funcionários da própria Instituição, de outros grupos empresariais ou de participantes do público em geral.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e pelas normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) específicas para empresas administradoras de consórcios.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Bradesco Consórcios evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros; e realização de créditos tributários.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Bradesco Consórcio em 25 de agosto de 2022.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

Estas demonstrações contábeis seguem, em todos os seus aspectos relevantes, com exceção dos itens apresentados na nota 3a, os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados para as demonstrações contábeis anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e devem ser analisados em conjunto com aquelas demonstrações contábeis.

a) Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021

A norma dispõe sobre os critérios para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábil pelas administradoras de consórcios e pelas instituições de pagamentos autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos específicos para a aplicação desses princípios pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A referida resolução revogou o art. nº 8 da Circular BCB nº 2.381/1993 que estabelecia que as receitas de taxa de administração dos grupos de consórcios deveriam ser escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, tornando obrigatória, a partir de 2022, a adoção do CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes. Assim, no 1º semestre/2021, as receitas de taxa de administração foram apuradas pelo regime de caixa e, no 1º semestre/2022, pelo regime de competência.

Conforme o art. nº 23 da Resolução BCB 120/2021, o CPC 47 deve ser aplicado prospectivamente a partir da data de vigência da Resolução.

Os impactos da aplicação da norma estão apresentados na nota 25b desta demonstração contábil.

I - Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata die*).

Com a aplicação do CPC 47 o valor relacionado a taxa de administração de clientes contemplados inadimplentes e não contemplados inadimplentes passou a ser reconhecido em resultado no seu respectivo mês de vencimento, com contrapartida em conta patrimonial do ativo, não seguindo mais o reconhecimento em receita apenas no recebimento em caixa.

Os impactos da aplicação nestas linhas estão apresentados nas notas 09 e 12 desta demonstração contábil.

b) Resolução BCB nº 208, de 15 de dezembro de 2021

A norma alterou a forma de registros contábeis que passaram a ser controlados em contas de compensação, dos seguintes saldos:

- Valores pendentes de recebimento objeto de cobrança judicial, transferidos para administradora de consórcio após o encerramento contábil dos respectivos grupos;
- Valor total dos recursos devidos aos consorciados de grupos encerrados;
- Valor da aplicação, conforme previsto na regulamentação, dos recursos não procurados de grupos encerrados após a Lei nº 11.795/2008 e dos demais recursos recebidos de consorciados de grupos encerrados.

A referida norma entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, de forma prospectiva, onde os saldos registrados de cobranças judiciais relacionados a grupos encerrados contabilmente foram revertidos, conforme demonstrados na nota 9 – outros ativos – e nota 12 – outros passivos.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Disponibilidades em moeda nacional	1.778	8.118
Total de disponibilidades (caixa)	1.778	8.118

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos	R\$ mil							
	Em 30 de junho de 2022						Em 31 de dezembro de 2021	
	1 a 30 dias	31 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil	Marcação a mercado
Títulos para negociação	6.894.807	-	-	6.894.807	6.894.807	-	6.741.868	-
Cotas de fundos de investimentos	6.894.807	-	-	6.894.807	6.894.807	-	6.741.868	-
Títulos disponíveis para venda	-	-	5.515.574	5.515.574	5.588.392	(72.818)	5.345.346	(11.873)
Letras financeiras	-	-	5.515.574	5.515.574	5.588.392	(72.818)	5.345.346	(11.873)
Total geral	6.894.807	-	5.515.574	12.410.381	12.483.199	(72,818)	12.087.214	(11.873)

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimentos	350.282	56.562
Rendas de Títulos de Renda Fixa	309.408	76.307
Total	659.690	132.869

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

Durante os períodos findos em 30 de junho de 2022 e 30 de dezembro de 2021, a Bradesco Consórcios não operou com instrumentos financeiros derivativos.

6) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	R\$ mil	
	Em 30 de junho 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Pagamentos a serem ressarcidos pelos grupos (1)	23.402	24.069
Devedores por depósitos em garantia	30.214	24.738
Outros	12	12
Total	53.628	48.819

(1) Referem-se basicamente a custas pagas aos escritórios de cobrança.

7) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica dos bens.

	R\$ - mil				
	Taxa	Custo	Depreciação	Custo Líquido de Depreciação	
				Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Imóveis de uso:					
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	1.841	(1.103)	738	663
Sistemas de segurança	10%	18	(18)	-	-
Sistema de processamento de dados	20%	2.510	(1.771)	739	404
Total em 30 de junho de 2022		4.369	(2.892)	1.477	
Total em 31 de dezembro de 2021		3.829	(2.762)		1.067

8) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos possuem vida útil definida e são compostos por *software*.

	R\$ - mil					
	Taxa anual	Custo	Amortização	Impairment	Custo Líquido de Amortização	
					Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
<i>Software</i>	20%	130.242	(86.161)	(6)	44.075	44.273
Total em 30 de junho de 2022		130.242	(86.161)	(6)	44.075	
Total em 31 de dezembro de 2021		123.912	(79.633)	(6)		44.273

9) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Impostos e contribuições a compensar	143.875	32
Taxas de administração a receber (1)	21.359	-
Valores pendentes - Cobrança Judicial (2)	-	111.921
Bens retomados após encerramento do grupo (2)	-	6.528
Outros	5.826	5.042
Total	171.060	123.523

(1) Refere-se à taxa de administração sobre parcelas não pagas de cotas contempladas e não contempladas, registradas pelo regime de competência conforme Resolução BCB nº 120/2021.

(2) Conforme Instrução Normativa nº BCB 208/2021, a partir de 2022 os valores relacionados a cobrança judicial relacionados a grupos encerrados contabilmente passaram a ser controlados em contas de compensação.

10) OUTRAS PROVISÕES

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Provisão para contingências	15.735	15.751
Provisões despesas administrativas	8.058	15.869
Provisões despesas de pessoal	12.212	10.570
Provisão para pagamento a efetuar	1.223	1.178
Total	37.228	43.368

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados visando obter indenizações, em especial o pagamento de “horas extras”, em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das medias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de “ponto eletrônico” e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as

ações oriundas de ex-funcionários da Bradesco Consórcios não tem valores individualmente relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.271	11.606	47
Atualização monetária	144	397	1
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	44	3.976	-
Pagamentos	(47)	(4.730)	-
Saldo em 30 de junho de 2022	2.506	11.249	48

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são provisionados contabilmente e totalizaram, em 30 de junho de 2022, R\$ 40.330 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 34.369 mil) para os processos cíveis e R\$ 1.364 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 1.318 mil) para os processos fiscais.

12) OUTROS PASSIVOS

	R\$- mil	
	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	391.448	445.884
Rendas antecipadas (1)	153.417	-
Impostos e contribuições a recolher (2)	44.206	224.831
Sociais e estatutárias	26.874	15.660
Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados (3)	5.814	560.235
Recursos pendentes de identificação	5.540	5.332
Recursos pendentes cobrança judicial (3)	-	118.448
Outras	1.722	2.505
Total	629.021	1.372.895

(1) Refere-se às receitas de taxa de administração pagas antecipadas, registradas pelo regime de competência;

(2) Em 2022, contempla reversão de provisão de impostos municipais; e

(3) Conforme Instrução Normativa nº BCB 208/2021, a partir de 2022 os valores relacionados a cobrança judicial relacionados a grupos encerrados contabilmente passaram a ser controlados em contas de compensação. O saldo de R\$ 5.814 mil em 30 de junho de 2022, refere-se a recursos não procurados dos grupos encerrados contabilmente anteriores a Lei nº 11.795/2008.

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 5.100.000 mil (Em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 5.100.000 mil) totalmente integralizado, está dividido em 5.100.000.000 (Em 31 de dezembro de 2021 – 5.100.000.000) cotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

Conforme a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2022 foi deliberado o aumento de capital social de R\$ 900.000 mil, com contrapartida da conta “Reserva Estatutária”, com a criação de 900.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. O processo foi aprovado pelo Bacen em 28 de julho de 2022.

b) Reservas de lucros

	R\$ - mil	
	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Reservas de lucros	6.151.922	5.882.737
- Reserva legal (1)	422.803	363.783
- Reserva estatutária (2)	5.729.119	5.518.954

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado, o enquadramento é verificado na reunião de aprovação das demonstrações contábeis. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativo ao semestre findo em 30 de junho de 2022, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	%
Lucro líquido do período	1.180.399	
(-) Reserva legal – 5% sobre o lucro	(59.020)	
Base de cálculo	1.121.379	
Dividendos propostos em 30 de junho de 2022	11.214	1,0
Dividendos propostos em 31 de junho de 2021	7.073	1,0

d) Lucro Básico por Cotas

O lucro básico por cota é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade de Cotas.

e) Lucro por Cotas Diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por cotas básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

14) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Taxa de Administração de grupos de consórcios (1)	1.049.913	1.053.245
Taxa de Permanência	84.884	136.666
Total	1.134.797	1.189.911

(1) Em 2022 o montante de R\$ 153.417 mil passou a ser contabilizado em "outros passivos", conforme Resolução BCB 120/2021.

15) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Proventos	13.524	9.370
Benefícios	5.661	4.766
Encargos sociais	4.330	2.974
Participação dos empregados nos lucros	2.949	2.209
Outras	98	75
Total	26.562	19.394

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Serviços técnicos especializados	6.697	6.478
Depreciações e amortizações	6.686	5.844
Processamentos de dados	2.376	3.163
Propaganda, promoções e publicidade	1.881	902
Comunicações	1.586	1.511
Viagens	503	57
Transportes	468	72
Aluguéis	268	289
Manutenção e conservação de bens	222	175
Outras	3.743	1.323
Total	24.430	19.814

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Contribuição à COFINS	115.845	98.661
Impostos sobre serviços – ISS	23.639	47.736
Contribuição ao PIS	23.790	21.129
Total	163.274	167.526

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Recuperação de despesas - taxas (1)	49.907	44.453
Outras (2)	190.078	1.693
Total	239.985	46.146

(1) Referem-se a taxas de cessão, transferências, substituição de bens, vistorias, gravames, cartorárias, Detran e avaliação de imóveis.

(2) Em 2022, a administração através de sua avaliação de riscos efetuou a reversão de uma provisão anteriormente constituída de impostos municipais.

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Taxas de transferências e alienação de bens – Detran	11.990	10.135
Custas	7.042	9.396
Gravames	3.291	3.042
Atualização monetária passiva	542	2.568
Vistoria	1.201	1.410
Indenizações	2.076	1.275
Taxa de avaliação	946	966
Comissões sobre vendas	233	281
Outras	2.216	5.649
Total	29.537	34.722

20) APLICAÇÕES FINANCEIRAS – GRUPOS

As aplicações financeiras dos grupos de consórcio (em andamento e em formação) no valor de R\$ 9.577.646 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 9.245.385 mil), estão compostas basicamente por cotas de fundos referenciadas DI administrados pelo Banco Bradesco.

A taxa de administração auferida pelo Banco Bradesco e BRAM – Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários pagas pelo grupo no primeiro semestre de 2022 totalizou R\$ 63.757 mil (em 30 de junho de 2021 – R\$ 77.870 mil).

21) RESUMO DAS OPERAÇÕES DE CONSÓRCIOS

As operações de consórcios apresentam a seguinte posição em quantidades acumuladas:

	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Quantidade de bens entregues totais	2.382.334	2.275.239
Quantidade de consorciados ativos totais	1.536.577	1.516.876
Quantidade de desistentes e cancelados totais	1.463.560	1.501.566
Quantidade de bens pendentes de entrega	135.139	138.355
Quantidade de grupos administrados	3.574	3.596
Taxa de inadimplência	3,52%	3,41%

	Em 30 de junho de 2022	Em 30 de junho de 2021
Quantidade de consorciados ativos no período	155.382	144.479
Quantidade de bens entregues no período	107.095	103.953
Quantidade de desistentes e cancelados no período	150.104	143.876

22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRETAS)

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil			
	Controladores		Coligadas	
	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 30 de junho de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Ativo				
Disponibilidades	1.778	8.118	-	-
Letras financeiras	5.515.574	5.345.346	-	-
Passivo				
Dividendos	26.874	15.660	-	-

	R\$ mil			
	Acumulado em 30 de junho			
	Controladores		Coligadas	
	2022	2021	2022	2021
Receitas de intermediação financeira	309.409	76.307	-	-
Outras despesas	-	-	(265)	(288)

b) Remuneração do pessoal chave da Administração

Anualmente na Reunião de Sócio Cotistas são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2022, foi determinado o valor máximo de R\$ 3.500 mil (2021 – R\$ 3.150 mil) para remuneração dos administradores e de R\$ 2.500 mil (2021 – R\$ 2.250 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução

CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Remuneração de curto e médio prazo a administradores

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Remuneração e Contribuição Previdenciária para o INSS	1.634	630
Total	1.634	630

Benefícios pós-emprego

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Planos de previdência complementar de contribuição definida	1.123	2.250
Total	1.123	2.250

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

23) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – ADMINISTRADORA

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.786.649	1.128.385
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(607.461)	(383.651)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(1.200)	(439)
Outros valores	2.411	240
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(606.250)	(383.850)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2022	2021
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(595.091)	(393.973)
Impostos diferidos:		
Constituição/ realização no semestre sobre adições e exclusões temporárias	(11.159)	10.123
Total dos impostos diferidos	(11.159)	10.123
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(606.250)	(383.850)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Em 31 de dezembro de 2021	Constituição	Realização / Baixa	Em 30 de junho de 2022
Provisões fiscais e trabalhistas	788	80	-	868
Provisões cíveis	3.946	646	(767)	3.825
Provisão para seguro de quebra de garantia	240	-	(91)	149
Provisões diversas (Perda Líquida Definitiva)	2.737	-	(1.355)	1.382
Provisão de Imposto sobre Serviços	63.180	-	(63.180)	-
Outros	3.235	58.274	(4.766)	56.743
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	74.126	59.000	(70.159)	62.967
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	4.037	20.721	-	24.758
Total dos créditos tributários	78.163	79.721	(70.159)	87.725

d) Projeção da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	R\$ mil		
	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2022	8.463	2.314	10.777
2023	16.462	4.460	20.922
2024	14.904	3.900	18.804
2025	7.744	2.055	9.799
2026	565	203	768
2027	558	201	759
2028	558	201	759
2029	279	100	379
Total	49.533	13.434	62.967

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 30 de junho de 2022, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 59.632 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 67.529 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários da Bradesco Consórcios foram devidamente ativados.

24) BALANÇO PATRIMONIAL POR PRAZO

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades	1.778	-	-	-	-	1.778
Instrumentos financeiros	6.914.797	-	2.007	5.547.205	-	12.464.009
Títulos e valores mobiliários	6.894.807	-	-	5.515.574	-	12.410.381
Outros Instrumentos financeiros	19.990	-	2.007	31.631	-	53.628
Créditos tributários	-	10.777	20.922	56.026	-	87.725
Imobilizado de uso	18	93	111	1.255	-	1.477
Intangível	735	3.673	4.408	35.265	-	44.081
Outros ativos	25.950	144.697	283	130	-	171.060
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(19)	-	-	-	-	(19)
Total em 30 de junho de 2022	6.943.259	159.240	27.731	5.639.881	-	12.770.111
Total em 31 de dezembro de 2021	6.773.872	5.467.557	20.475	129.279	(19)	12.391.164
Passivo						
Provisões	3.963	1.109	29.429	2.727	-	37.228
Outras provisões	3.963	1.109	29.429	2.727	-	37.228
Outros passivos	450.854	44.519	20.770	112.878	-	629.021
Total do passivo	454.817	45.628	45.084	137.046	-	666.249
Total do patrimônio líquido	-	-	-	-	12.103.862	12.103.862
Total em 30 de junho de 2022	454.817	45.628	45.084	137.046	12.103.862	12.770.111
Total em 31 de dezembro de 2021	1.245.440	118.449	49.183	3.191	10.974.901	12.391.164

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 1.180.399 mil (em 30 de junho de 2021 – R\$ 744.535 mil), sendo este total tratado como resultado recorrente.

b) Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021

A norma dispõe sobre os critérios para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábil pelas administradoras de consórcios e pelas instituições de pagamentos autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos específicos para a aplicação desses princípios pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A referida resolução revogou o art. nº 8 da Circular BCB nº 2.381/1993 que estabelecia que as receitas de taxa de administração dos grupos de consórcios deveriam ser escrituradas na administradora por ocasião de seu efetivo recebimento, tornando obrigatória, a partir de 2022, a adoção do CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes. Assim, no 1º semestre/2021, as receitas de taxa de administração foram apuradas pelo regime de caixa e, no 1º semestre/2022, pelo regime de competência.

O processo de reconhecimento de receita inicia-se com a identificação do contrato, onde a entidade deve contabilizar os seus efeitos somente quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- (i) Quando as partes aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- (ii) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- (iii) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- (iv) Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato) e;
- (v) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a

entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido.

O CPC 47 estabelece que a entidade deve reconhecer suas receitas quando as obrigações de desempenho forem cumpridas perante os clientes, ou seja, quando houver a transferência de bens ou serviços prometidos mediante contrato entre as partes. Assim, o valor registrado deve ser reconhecido pelo regime de competência a refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca do serviço prestado.

Conforme o art. nº 23 da Resolução BCB 120/2021, o CPC 47 deve ser aplicado prospectivamente a partir da data de vigência da Resolução.

Com a adoção da Resolução BCB 120/2021 foram realizadas as seguintes contabilizações no período:

	Nota	Em 30 de junho de 2022
Outros ativos		
Taxa de administração a receber	09	21.359
Outros passivos		
Rendas antecipadas (1)	12	153.417
	Nota	Acumulado em 30 de junho de 2022
Outras receitas operacionais		
Receita de prestação de serviços	14	1.134.797

(1) Valores a serem reconhecidos como receita de prestação de serviços quando satisfeitas as obrigações de desempenho.

c) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Consórcios como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

d) Outros assuntos

Os consorciados mantêm seguros de vida e quebra de garantia, junto ao Grupo Bradesco Seguros e Previdência, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se demonstrados na Demonstração de Variações nas Disponibilidades de Grupos em Prêmios de Seguros.

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 (“MP”) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL dos setores financeiro, em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022, porém os impactos não serão relevantes nas demonstrações contábeis da Instituição.

e) Eventos subsequentes

Conforme a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2022 foi deliberado o aumento de capital social de R\$ 900.000 mil, com contrapartida da conta “Reserva Estatutária”, com a criação de 900.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. O processo foi aprovado pelo Bacen em 28 de julho de 2022.

DIRETORIA

Diretor Geral

Eurico Ramos Fabri

Diretores Vice-Presidentes

Marcelo de Araújo Noronha

André Rodrigues Cano

Cassiano Ricardo Scarpelli

Rogério Pedro Câmara

Moacir Nachbar Junior

Diretores Gerentes

José Ramos Rocha Neto

João Carlos Gomes da Silva

Antonio José da Barbara

Diretores

Oswaldo Tadeu Fernandes

José Gomes Fernandes

Clayton Neves Xavier

Nairo José Martinelli Vidal Júnior

Francisco Henrique França Fernandes

Cláudia Teixeira de Souza
Contadora – CRC 1SP177829/O-6



KPMG Auditores Independentes Ltda
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo – SP
Caixa Postal 79518 – CEP 04717-970 – São Paulo – SP – Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Cotistas e aos Administradores da
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (“Bradesco Consórcios” ou “Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2022 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos para o semestre findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 30 de junho de 2022 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria

das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam

as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4



bradesco
consórcios